



**MINUTA**  
**CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**  
**TIPO DE CONTRATO – D.2**

Entre:

- 1) Município da Marinha Grande, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representado por Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante; e
- 2) Sport Operário Marinhense, pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede na Rua 25 de Abril, nº 30, 2430-313 Marinha Grande, NIPC 501417702, representado por Carlos Carvalho na qualidade de Presidente da Direção, adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

Considerando que:

- a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.
- b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- c) Os apoios ou participações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).
- d) As entidades beneficiárias de apoios ou participações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.
- e) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

É celebrado o presente contrato-programa nos seguintes termos:

**Cláusula 1.ª**  
**Objeto do contrato**

- 1 - O presente contrato tem por objeto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo com vista a promover a atividade física para a 3.ª idade, maioritariamente a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.
- 2 - O programa de desenvolvimento desportivo, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, devendo a sua justificação e a avaliação dos resultados esperados ser objeto de permanente acompanhamento por parte do primeiro outorgante.

Página 1 de 4





*Handwritten signature and initials*

**Cláusula 2.ª**

**Obrigações do segundo outorgante**

Constituem obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral do programa de desenvolvimento desportivo;
- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afetar o apoio financeiro concedido exclusivamente à execução do programa objeto deste contrato;
- d) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- f) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- g) Elaborar e enviar à entidade concedente, até 31 de janeiro de 2016, um relatório sobre a execução do contrato-programa, tendo em conta a justificação e os resultados esperados do programa de desenvolvimento desportivo;
- h) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa;
- i) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, beneficiários e outros, a celebração deste contrato-programa.
- j) Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo presente contrato-programa e a identificação das receitas.

**Cláusula 3.ª**

**Duração do contrato**

O presente contrato vigora até ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela entidade beneficiária.

**Cláusula 4.ª**

**Comparticipação financeira**

- 1 — Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante no valor de 1500,00€ (mil e quinhentos euros).
- 2 — A participação financeira corresponde a 100% dos custos efetivos totais do programa de desenvolvimento desportivo.
- 3 — A restante componente financeira e quaisquer outros custos necessários à implementação do objeto deste contrato são suportados pela entidade beneficiária.
- 4 — A participação financeira é liquidada na totalidade até ao dia 28 de dezembro de 2015, mediante prévia confirmação escrita da realização do programa de desenvolvimento desportivo por parte dos serviços municipais responsáveis pela gestão do presente contrato.
- 5 — Para efeitos do disposto no número anterior a entidade beneficiária de apoios financeiros deve prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.
- 6 - O pagamento da participação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais, para com a segurança social e para com a entidade concedente.





7 - O segundo outorgante deve apresentar ainda, até 31 de janeiro de 2016, relatório de receitas e despesas no âmbito do presente contrato, com inclusão de fotografias, assim como os documentos comprovativos, de todas as despesas efetuadas relativas ao presente contrato.

8 - A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica:06/040701; cabimento n.º 2860; compromisso n.º2686/2015;

9 - Em caso algum, será efetuado pelo primeiro outorgante qualquer pagamento no âmbito do presente contrato no ano de 2016 e subsequentes.

10 - Apenas serão suportados os encargos diretamente relacionados com objeto do presente contrato e até ao limite estabelecido no n.º 1.

11 - A entidade beneficiária deve comunicar, impreterivelmente até 17 dezembro de 2015, mas sempre em data anterior ao pagamento da presente comparticipação, à entidade concedente se recebeu ou vai receber qualquer outro apoio proveniente de uma entidade pública, que seja suscetível de se refletir no cômputo global do apoio concedido em função do valor total do investimento considerado.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Acompanhamento e controlo deste contrato**

1 - O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2 - A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato.

3 - A entidade beneficiária da comparticipação financeira inclui nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do contrato-programa.

4 - A execução do objeto do presente contrato deve ser acompanhada pelos serviços municipais responsáveis pela sua gestão.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Revisão**

O presente contrato pode ser modificado nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

#### **Cláusula 7.ª**

##### **Suspensão**

Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais, para com a segurança social ou para com a entidade concedente.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Cessação**

1 - O presente contrato cessa:





- a) Quando estejam concluídas todas as obrigações assumidas pelo segundo outorgante;
- b) Quando, por causa imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
- c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;
- e) Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea h) da cláusula 2.ª.

2 – A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

3 – A cessação antecipada do contrato é precedida de audiência do segundo outorgante, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Direito à restituição**

1 – O incumprimento culposo do contrato-programa, por parte da entidade beneficiária da comparticipação financeira, confere à entidade concedente o direito a reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.

2 - É aplicável o disposto no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Publicidade**

O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1, do artigo 27.º, do decreto-Lei n.º 273/2009.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Omissões**

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e as demais normas de direito administrativo.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Efeitos**

1 - O presente contrato produz efeitos reportados à data de 01 de janeiro de 2015.

2 - O presente contrato-programa foi aprovado através de deliberação da Câmara Municipal de 10 de dezembro de 2015.

Marinha Grande 16, de dezembro de 2015

1º Outorgante

2º Outorgante

SPORT OPERÁRIO MARINHENSE  
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA  
FUNDAÇÃO EM 31 DE JANEIRO DE 1923  
MARINHA GRANDE



CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Minuta de Deliberação

Data: 10/12/2015	Acta nº: 33	Remeta-se a: Chef da DFTI, e/
Aprovada por:		cópia à chef da DCD
Maioria	Unanimidade <input checked="" type="checkbox"/>	
Observações:		
Carimbo:		
<b>CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE</b> <b>PRESENTE</b> EM 10 DEZ 2015 444		Serviço: DCD
Secretária: <i>[assinatura]</i>		Apresentada por: Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira
A Secretária:		A Vereadora: <i>[assinatura]</i>
O Presidente:		<i>[assinatura]</i>
Titulo:	ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2015	
Texto:		

Presente deliberação 26 de novembro de 2015, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade de 2015.  
 Presentes as candidaturas apresentadas pelas seguintes entidades:

ENTIDADE	NIF
Clube Desportivo da Garcia	501 935 369
Clube Desportivo Moitense	501 216 049
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113
Sport Operário Marinhense	501 417 702

Considerando que com este programa se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, stress e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que as atividades se têm vindo a desenvolver mensalmente, ao longo do ano de 2015, no mínimo, uma vez por semana, nas instalações das entidades parceiras, sendo as atividades físicas promovidas em horários da sua inteira responsabilidade.

Considerando que as entidades abaixo identificadas já se encontram em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarretam custos;

**CABIMENTADO**  
 DATA 10/12/2015  
 ASS. Cab. 2860 Ilav7

Propõe-se atribuir um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) a cada entidade, destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos e aquisições de materiais de apoio às aulas ao longo do ano.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro às entidades abaixo designadas, nos seguintes termos:

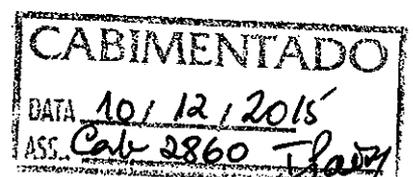
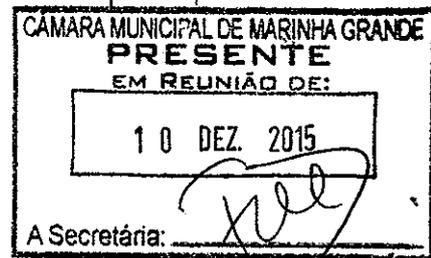
ENTIDADE	NIF	MONTANTE
Clube Desportivo da Garcia	501 935 369	1500,00€
Clube Desportivo Moitense	501 216 049	1500,00€
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113	1500,00€
Sport Operário Marinhense	501 417 702	1500,00€

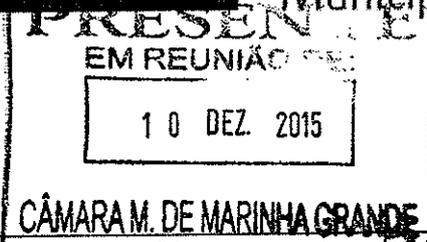
As verbas estão previstas em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minutas de contrato-programa em anexo, <sup>(Anexo 1)</sup> a celebrar com as entidades beneficiárias, que estabelecem os termos desta parceria bem como as respetivas obrigações das entidades, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por: unanimidade.

O sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:  
(declaração anexa).





<b>DECLARAÇÃO_134/2015</b>	Marinha Grande 26 de Novembro de 2015	09:30	Agenda n.º 31
	Assunto: Declaração de voto		
29 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2015			

**Voto a favor**

Declaração de voto no ponto 29 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2015

Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de desenvolvimento da actividade física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta.

A clausula 8ª do regulamento diz que "O valor do apoio financeiro é de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos e aquisições de materiais de apoio às aulas efetuadas ao longo do ano."

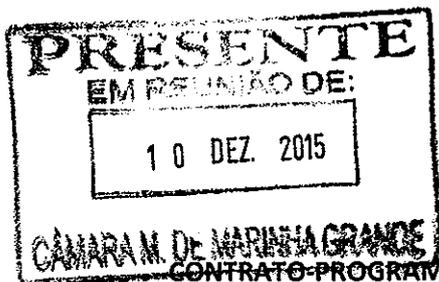
Atribuir um valor igual a todos, não é correcto e seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza, tendo em conta o seu empenhamento, o numero de recursos humanos envolvidos, o numero de utentes ou o tempo dispendido.

Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um actividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com actividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.

Marinha Grande, 10 de Dezembro de 2015

O Vereador  
Aurelio Ferreira





MINUTA

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO  
TIPO DE CONTRATO – D.2

Entre:

- 1) Município da Marinha Grande, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça Guilherme Stephens, Marinha Grande, NIPC 505 776 758, representado por Paulo Jorge Campos Vicente, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, adiante designado como entidade concedente ou primeiro outorgante; e
- 2) ....., pessoa coletiva de direito privado sem fins lucrativos, com sede no ....., 2430 Marinha Grande, NIPC ....., representado por (...) e por ....., na qualidade de (...), adiante designada como entidade beneficiária ou segundo outorgante.

Considerando que:

- a) Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.
- b) Compete à Câmara Municipal apoiar entidades e atividades de interesse municipal, designadamente de carácter desportivo, de acordo com as alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.
- c) Os apoios ou participações financeiras concedidas pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto).
- d) As entidades beneficiárias de apoios ou participações financeiras na área do desporto ficam sujeitas a fiscalização por parte da entidade concedente, de acordo com o artigo 46.º, n.º 4, da Lei n.º 5/2007.
- e) Os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos pelos municípios devem ser objeto de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos enunciados no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

É celebrado o presente contrato-programa nos seguintes termos:

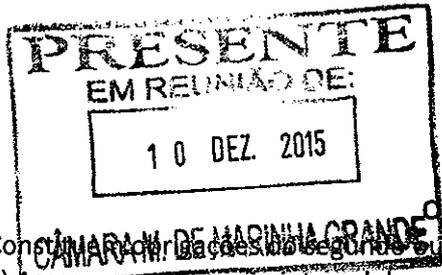
### Cláusula 1.ª

#### Objeto do contrato

- 1 - O presente contrato tem por objeto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo com vista a promover a atividade física para a 3.ª idade, maioritariamente a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.
- 2 – O programa de desenvolvimento desportivo, que se anexa e se dá por integralmente reproduzido, obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, devendo a sua justificação e a avaliação dos resultados esperados ser objeto de permanente acompanhamento por parte do primeiro outorgante.

Página 1 de 4





## Cláusula 2.ª

### Obrigações do segundo outorgante

Constituem as obrigações do segundo outorgante:

- a) Assegurar a execução integral do programa de desenvolvimento desportivo;
- b) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
- c) Afetar o apoio financeiro concedido exclusivamente à execução do programa objeto deste contrato;
- d) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- e) Prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- f) Incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- g) Elaborar e enviar à entidade concedente, até 31 de janeiro de 2016, um relatório sobre a execução do contrato-programa, tendo em conta a justificação e os resultados esperados do programa de desenvolvimento desportivo;
- h) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela entidade concedente que respeitem à execução do programa;
- i) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, beneficiários e outros, a celebração deste contrato-programa.
- j) Organizar a sua contabilidade por centros de custo, com reconhecimento claro dos custos incorridos pelo presente contrato-programa e a identificação das receitas.

## Cláusula 3.ª

### Duração do contrato

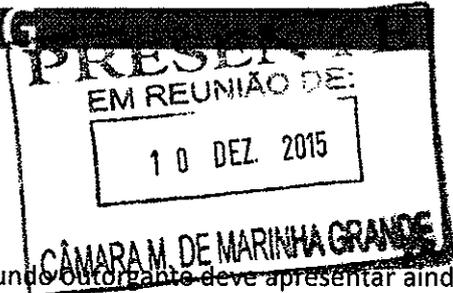
O presente contrato vigora até ao cumprimento de todas as obrigações assumidas pela entidade beneficiária.

## Cláusula 4.ª

### Comparticipação financeira

- 1 — Pela execução do programa de desenvolvimento desportivo o segundo outorgante é beneficiário de um apoio financeiro por parte do primeiro outorgante no valor de 1500,00€ (mil e quinhentos euros).
- 2 — A participação financeira corresponde a 100% dos custos efetivos totais do programa de desenvolvimento desportivo.
- 3 — A restante componente financeira e quaisquer outros custos necessários à implementação do objeto deste contrato são suportados pela entidade beneficiária.
- 4 — A participação financeira é liquidada na totalidade até ao dia (data a definir) de 2015, mediante prévia confirmação escrita da realização do programa de desenvolvimento desportivo por parte dos serviços municipais responsáveis pela gestão do presente contrato.
- 5 — Para efeitos do disposto no número anterior a entidade beneficiária de apoios financeiros deve prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril.
- 6 - O pagamento da participação financeira depende da inexistência, à data do mesmo, de uma situação de incumprimento por parte do beneficiário das suas obrigações fiscais, para com a segurança social e para com a entidade concedente.





- 7 - O segundo outorgante deve apresentar ainda, até 31 de janeiro de 2016, relatório de receitas e despesas no âmbito do presente contrato, com inclusão de fotografias, assim como os documentos comprovativos, de todas as despesas efetuadas relativas ao presente contrato.
- 8 - A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica: ...; cabimento n.º ...; compromisso n.º....;
- 9 - Em caso algum, será efetuado pelo primeiro outorgante qualquer pagamento no âmbito do presente contrato no ano de 2016 e subsequentes.
- 10 - Apenas serão suportados os encargos diretamente relacionados com objeto do presente contrato e até ao limite estabelecido no n.º 1.
- 11 - A entidade beneficiária deve comunicar, impreterivelmente até (data da definir) de 2015, mas sempre em data anterior ao pagamento da presente comparticipação, à entidade concedente se recebeu ou vai receber qualquer outro apoio proveniente de uma entidade pública, que seja suscetível de se refletir no cômputo global do apoio concedido em função do valor total do investimento considerado.

#### Cláusula 5.ª

##### Acompanhamento e controlo deste contrato

- 1 - O primeiro outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.
- 2 - A entidade beneficiária deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas acerca da execução do presente contrato.
- 3 - A entidade beneficiária da comparticipação financeira inclui nos seus relatórios anuais de atividade uma referência expressa à execução do contrato-programa.
- 4 - A execução do objeto do presente contrato deve ser acompanhada pelos serviços municipais responsáveis pela sua gestão.

#### Cláusula 6.ª

##### Revisão

O presente contrato pode ser modificado nos termos do artigo 21.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

#### Cláusula 7.ª

##### Suspensão

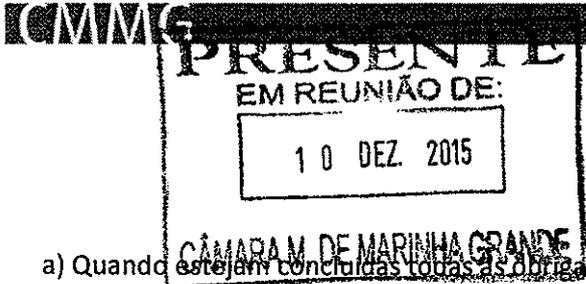
Os benefícios financeiros concedidos ao abrigo do presente contrato suspendem-se se a entidade beneficiária se encontrar, em qualquer momento, em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais, para com a segurança social ou para com a entidade concedente.

#### Cláusula 8.ª

##### Cessação

- 1 - O presente contrato cessa:





# Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



- a) Quando estejam concluídas todas as obrigações assumidas pelo segundo outorgante;
- b) Quando, por causa imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
- c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
- d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;
- e) Quando não forem apresentadas as informações e ou os documentos a que se refere a alínea h) da cláusula 2.ª.

2 — A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

3 — A cessação antecipada do contrato é precedida de audiência do segundo outorgante, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

## Cláusula 9.ª

### Direito à restituição

1 — O incumprimento culposo do contrato-programa, por parte da entidade beneficiária da comparticipação financeira, confere à entidade concedente o direito a reaver todas as quantias pagas, quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.

2 — É aplicável o disposto no artigo 29.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.

## Cláusula 10.ª

### Publicidade

O presente contrato deve ser publicitado nos termos do n.º 1, do artigo 27.º, do decreto-Lei n.º 273/2009.

## Cláusula 11.ª

### Omissões

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e as demais normas de direito administrativo.

## Cláusula 12.ª

### Efeitos

1. O presente contrato produz efeitos reportados à data de 01 de janeiro de 2015.

2. O presente contrato-programa foi aprovado através de deliberação da Câmara Municipal de (...).

Marinha Grande ....., de ..... de ....

1º Outorgante

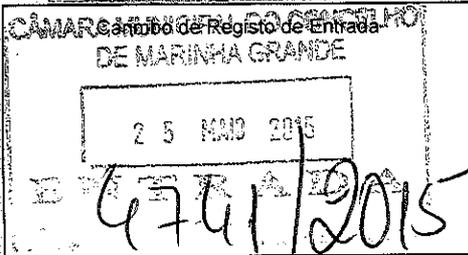
2º Outorgante





**Formulário de Candidatura**  
**Programa de Funcionamento da Actividade Física 3.ª Idade**

Ano: 2015



A  
Ded  
Colect

**IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE**

Dados da Entidade:

Nome Completo: SPORT OPERÁRIO MARINHENSE

N.º Contribuinte: 505 417 702

Telefone: 244 503 984

Fax: 244 503 324

Telemóvel:

E-mail: geral@operariomarinhense.cm

Morada: RUA 25 ABRIL, nº 30

Código Postal: 2430-313 Marinha Grande

Nome responsável: CARLOS CARVALHO

NIB: 

0	0	4	6	0	2	0	5	0	0	6	0	0	1	5	1	3	0	3	1
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

**CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

Objecto Social / Natureza da Entidade:

O SPORT OPERÁRIO MARINHENSE É UMA INSTITUIÇÃO RECREATIVA CULTURAL E DESPORTIVA, COM PARTICULAR DESTAQUE NAS ÁREAS DE TEATRO, MÚSICA, DANÇA, VOLEIBOL E XADREZ, NA PROMOÇÃO DE ESPETÁCULOS, EXPOSIÇÕES, CONFERÊNCIAS, ENTRE OUTRAS. É UMA INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA SEM FINS LUCRATIVOS.

Principais Actividades Desenvolvidas:

O S.O.M. PROMOVE DIVERSAS ACTIVIDADES DE CARÁCTER CULTURAL (ESPETÁCULOS, EXPOSIÇÕES, CONFERÊNCIAS, ...). DESENVOLVE TAMBÉM ACTIVIDADES DE MÚSICA, DANÇA, FITNESS, YOGA, TAI-CHI, PILATES, ACTIVIDADE FÍSICA PARA 3ª IDADE, VOLEIBOL, XADREZ E CANTO CORAL.

Experiência de Desenvolvimento de Actividade com Idosos:

Não:  Sim:  Qual: ACTIVIDADE FÍSICA PARA A 3ª IDADE  
(VÁRIOS ANOS)

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Dados do responsável pela actividade (Professor):

Nome Completo: ANABELA DE JESUS ALVES CONTANHENE

Habilitações Literárias: CURSO INSTRUCTOR FITNESS

Idade: 43 ANOS Telemóvel: \_\_\_\_\_

Profissão: INSTRUTORA FITNESS / MONITORA DE GINÁSTICA 3ª IDADE E INFÂNCIA

Dias e Horário da actividade:

Dia(s) da Semana(s) TERÇAS e QUINTAS FEIRAS

Horário: das 17 h 30 m às 18 h 30 m

Outras informações:

---

---

---

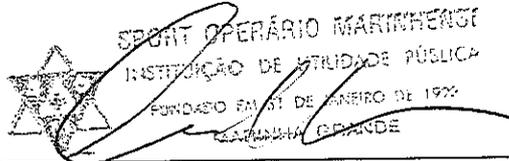
---

---

---

O requerente assume inteira responsabilidade nos termos da lei, pela exactidão de todas as declarações e documentos constantes deste formulário de candidatura. Falsas declarações implicam o indeferimento do processo.

Data: 28/04/2015 Assinatura (s): \_\_\_\_\_



## A PREENCHER PELA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

### DOCUMENTOS APRESENTADOS

- a) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada, emitida pela Segurança Social;
- b) Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada, emitida pelas Finanças;
- c) Relatório e contas actualizado;
- d) Acta da assembleia-geral de aprovação das contas;
- e) Comprovativo do NIB mencionando o nome da entidade (ex. extracto bancário).

(ficam dispensados da apresentação destes documentos as entidades cujos documentos já estejam na posse da Câmara Municipal)